

25 JAN 1993

JORNAL DO BRASIL

POLÍTICA E C

# ACM formaliza denúncia sobre a liberação irregular de verbas

■ Em fax irônico, governador pede que Corrêa faça sua parte

Carlos Goldgrub — 24/5/92

SALVADOR — Uma semana após a audiência com o presidente Itamar Franco e o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, formalizou as denúncias de corrupção no governo federal. Ontem à tarde, enviou fax de sete páginas a Corrêa, informando que as provas de suas denúncias, que envolvem liberação irregular de verbas pelo Ministério do Bem-estar Social, serão entregues por portador especial, e contarão com fotos, documentos e fitas de vídeo.

No fax, ACM listou seis indagações, que espera ver respondidas após a apuração das denúncias. Ele pergunta, por exemplo, se não constitui crime a liberação e o desvio de recursos para prefeitos em fim de mandato, e se realmente houve publicidade oficial dos atos. “Denuncio a malversação do dinheiro público através da liberação de pagamentos a prefeitos em fim de mandato. O senhor ministro da Justiça insistiu na formalidade das denúncias, o que faço prazerosamente”, diz ACM no fax.

“O que é indispensável apurar-se”, insiste, “é se o Ministério do Bem-Estar Social somente agora está enviando às prefeituras ofícios que, embora datados de 23 de dezembro de 1992, foram postados nos Correios — em Brasília — no dia 15 de janeiro, isto é, após as denúncias feitas, indicando onde e como deveriam ser aplicados os recursos que já haviam sido sacados pelo prefeito que deixou o cargo.”



ACM, no fax: “Não posso ser culpado de ter razão cedo demais”

O governador afirma que está cansado de assistir a um espetáculo de fraudes, em que as verbas federais são usadas “pelos mercadores da mentira”. Segundo Antônio Carlos, a melhor maneira de não se apurar uma denúncia é determinar inquéritos rigorosos ou encaminhá-la a comissões. “Fiz a minha parte, e espero que o governo federal faça

o mesmo. Não posso ser culpado de ter razão cedo demais.”

ACM anexa ao fax os documentos já em poder do ministro: subvenções sociais e comprovantes dos municípios de Boa Vista do Tupim, Remanso, Juazeiro, Santo Estêvão, Alagoinhas, Porto Seguro e Santo Amaro e uma listagem preliminar de convênios.